



Coordenação de Armindo Rodrigues

Arquivos e História dos Açores: problemas e desafios

Autora:

Rute Dias Gregório

Os arquivos continuam a ser a *matéria-prima* da História, independentemente das suas diversas tipologias, formatos e suportes, das suas configurações de registo escrito, de imagem e som, ou outros.

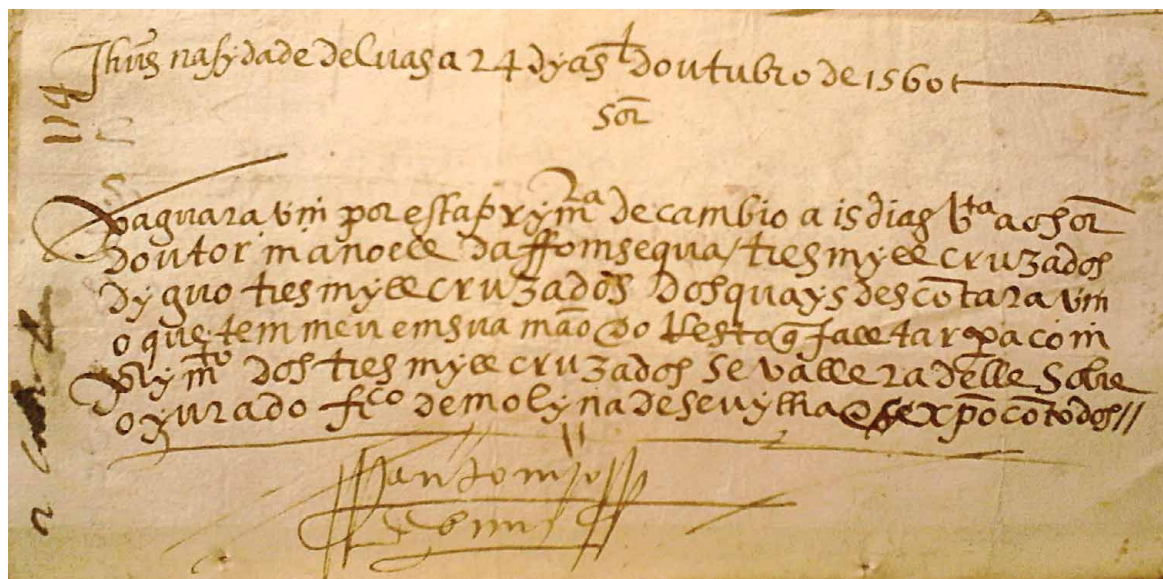
No seu registo de *memória*, continuam a ser o alicerce da explicação historiográfica. Não por acaso, e à falta de melhor expressão, continua-se a vê-los como “laboratórios da História”. Ao trabalho perpetrado em arquivos, a autora deste texto faz mais equivaler o que se designa por “trabalho de campo”. Os laboratórios dos historiadores podem ser os arquivos, as bibliotecas, o mundo virtual nas suas atuais e futuras formas, o mundo real no confronto com as evidências e traços/pegadas do tempo, mas localizam-se essencialmente nos gabinetes dos investigadores, quando a informação cruzada, comparada, explicada e reinterpretada assume novos sentidos e dá origem a um produto de pesquisa/indicador de projeto. Por isso, o historiador tem múltiplos e dispersos laboratórios, sempre externos e sob tutela de outrem, cumpre uma imensidade de trabalhos de campo que não dependem apenas de si, que não pode controlar em absoluto, tudo em busca de um objeto de conhecimento que teve existência distinta da atual e não pode mais ser reproduzido em nenhuma experiência laboratorial.

Entre 1997 e 2001, vários textos levantaram os problemas que, na construção da História dos Açores, os historiadores sentiam ao nível dos arquivos. As questões incidiam

na questão da dispersão, nas formas de organização da informação, nos aspetos da seleção, eliminação e conservação documentais, e, principalmente, nas questões nevrálgicas que são a difusão e o acesso à *matéria-prima* arquivística dos Açores.

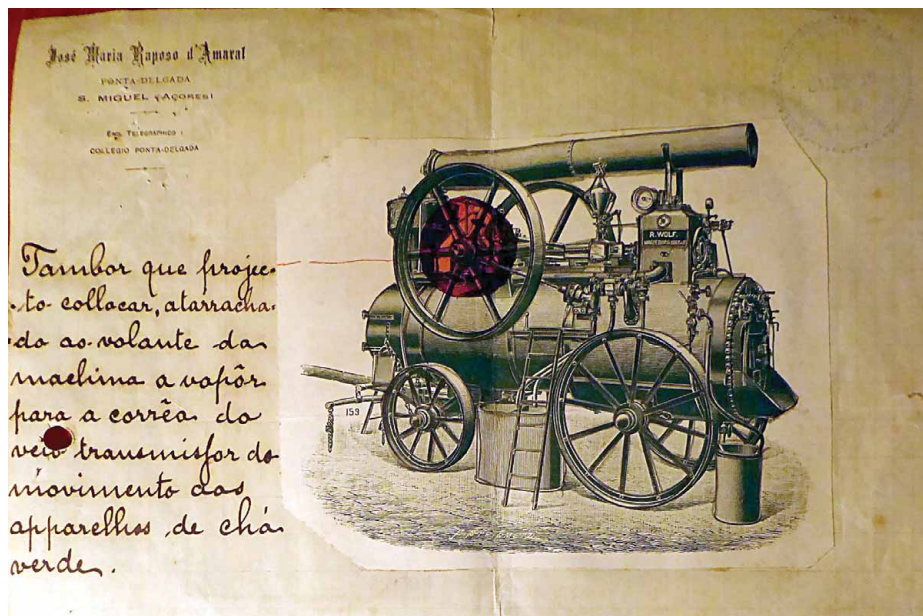
Duas décadas volvidas, podem confirmar-se alguns pequenos desenvolvimentos, ainda sem a uniformidade nem a generalidade pretendidas. Progrediu-se no âmbito da produção de instrumentos de acesso à informação/documentação, avançou-se alguma coisa no acesso sem barreiras físicas/geográficas e manteve-se uma política de avaliação, seleção e salvaguarda documental que não conta com o contributo dos profissionais da *memória*.

Os passos dados foram, pois, mais no sentido de atingir os objetivos virados para o acesso à informação através das novas tecnologias. Estão já traçados alguns caminhos e projetos existem, uns mais publicitados/impactantes e com suporte político e financeiro consideravelmente distinto do de outros. Em primeiro lugar, o muito referenciado Centro de Conhecimento dos Açores [CCA], com importantes acervos disponibilizados em linha. Em segundo lugar, destaca-se o que se tem designado por projeto Autonomia Digital dos Açores. Este último, e com base no vídeo promocional constante do Portal do Governo, está integrado no projeto da Casa da Autonomia, e expande claramente o que se expectaria enquadrável na chamada “informação ou arquivos sobre a



1 – Letra de câmbio de 1560 (UAC: BAM: ABS – JC)

Coordenação de Armindo Rodrigues



2 – Projeto de tambor para máquina a vapor aplicada à produção de chá verde, 1914 (UAc: BAM: ARA)

Autonomia”. Assentando nos vetores amplos da “digitalização de fundos para a história dos Açores” e da “agregação de conteúdos de diversas proveniências”, o projeto assenta, entre outros, na “construção coletiva de bases de conhecimentos por parte de museus, bibliotecas e arquivos”, muito em sintonia com o que seria pretensão do próprio CCA, a quem por lei cabe “facultar ao público o acesso à informação sobre os Açores [...] através dos meios que as novas tecnologias facultam”.

O que parece daqui emergir, não obstante, é que o mundo da desmaterialização e da deslocalização, permitida pelas novas tecnologias de comunicação e informação, se potencializa como a solução para os problemas da dispersão informacional. A “centralização” e o acesso aos arquivos/informação estarão hoje na interoperabilidade das bases de dados, nos catálogos integrados, nas ferramentas de pesquisa virtual, nos repositórios e na disponibilização na WWW.

Este está já a ser o novo mundo do acesso à informação/documentação, também de arquivo. Não obstante, o que até agora temos visto concretizar-se, num contexto mais amplo do que o regional (as fontes para a História dos Açores não se restringem aos arquivos da RAA), prenuncia ainda mais dispersão por múltiplos sítios e portais, também fruto da crescente “oferta” e do entusiasmo pelas novas ferramentas. A par da muita documentação que nunca será digitalizada, e que continua à espera de estudiosos, parece certo que se agravará a tradicional impotência de muitos historiadores: como passar a tratar tanta informação disponível, agora em tantos suportes, formatos e multiplicidade de acessos? E voltamos, novamente, a um velho problema de partida, com nova roupagem, cuja resposta estará mais nos métodos, processos e formas de trabalho (inequivocamente, menos individualistas) do que nas questões do acesso à informação, em si mesmas.



Arquivos de Família & Investigação em História

O IEM, o CHAM, o IHC juntam-se para organizar o ciclo “Arquivos de Família & Investigação em História”, a 8 de setembro, 13 de outubro e 9 de novembro de 2017, na UNL-FCSH. Centrado nas potencialidades e desafios que os arquivos representam para a escrita da História, tanto na perspectiva dos histo-

riadores como na dos arquivistas, este ciclo divide-se em três sessões: a primeira dedicada à investigação em História Medieval, a segunda à investigação em História Moderna e a terceira à investigação em História Contemporânea (<http://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=noticia&id=1312>).